A efetividade do direito à convivência familiar da criança e do adolescente à luz da lei de adoção

The effectiveness of the right to family coexistence for children and adolescents in the light of the law of adoption

Fernanda Morato da Silva Pereira¹, Heloisa Chubaci Bezerra de Menezes¹

¹ Programa de Pós-graduação em Direito Civil e Processual Civil, Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos (UNIFEB) – Barretos (SP), Brasil.

Resumo

O presente artigo trata do direito da criança e do adolescente à convivência familiar, direito regulamentado no Estatuto da Criança e do Adolescente, previsão que recebe amparo especial do princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, bem como do princípio da dignidade da pessoa humana, ambos estabelecidos como garantias constitucionais. A família, base da sociedade brasileira, nos termos do art. 226 da Constituição Federal é considerada ente indispensável para o pleno desenvolvimento da pessoa humana e, por conseguinte, da sociedade. Logo, o estudo acerca da convivência familiar é de extrema importância no ordenamento jurídico e, em especial, na seara do direito de família, vez que imprescindível para que a criança e o adolescente, como sujeitos de direitos, obtenham pleno desenvolvimento e uma vida digna. Ademais, o artigo aprofunda o estudo fundamentando-se na Lei de Adoção n. 12.010/2009, vez que consiste em instrumento de efetivação do direito à convivência familiar, tornando possível a colocação dos menores em família substituta para que assim possam ter garantidos seus direitos constitucionais, bem como aqueles determinados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Palavras-chave: melhor interesse; dignidade da pessoa humana; convivência familiar; lei de adoção.

Abstract

This article addresses the right of children and adolescents to family coexistence, which is regulated by the Brazilian Statute of Child and Adolescent, a legal forecast supported in the principle of the best interests of the child and adolescent, as well as in the principle of human dignity, both established as constitutional guarantees. Family, the basis of the Brazilian society, pursuant to art. 226 of the Federal Constitution, is deemed essential for the full development of the human person and, consequently, of society as a whole. Therefore, the study of family life is of utmost importance in the legal system and, in particular, in the field of family law, because it is essential for the child and adolescent, as individuals of rights, to achieve full development and lead a dignified life. Furthermore, the article deepens the study grounded on the Adoption Law no. 12.010/2009, considering that it is an instrument of realization of the right to family life, enabling the insertion of children in foster families so that they can have their constitutional rights, as well as those determined by the Statute of Child and Adolescent, guaranteed.

Keywords: best interest; human dignity; family living; law of adoption.

Autor para correspondência: Heloisa Chubaci Bezerra de Menezes – Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos (UNIFEB) – Avenida Professor Roberto Frade Monte, 389 – Aeroporto – CEP: 14283-078 – Barretos (SP), Brasil – E-mail: heloisachubaci@gmail.com

Recebido em: 03 de setembro de 2014

Aceito para publicação em: 22 de junho de 2016

Introdução

A sociedade brasileira vive hoje um verdadeiro caos instalado em todos os setores e seguimentos, todavia, é gritante e assustador a ausência de referência familiar quando o assunto recai sobre delitos praticados por menores de idade. Não obstante a família não seja a causadora direta dessa onda de crimes, que reflete direta e negativamente na sociedade brasileira, mas a falta de apoio e estrutura governamental no que tange à manutenção das famílias sim, considerando aspectos básicos necessários a essa manutenção. Outro resultado da carência familiar é a situação de vulnerabilidade intelectual, física e emocional que crianças e adolescentes vivem hoje, sendo exploradas sexualmente, submetidas ao alcoolismo e drogas, além de viverem em estado de miserabilidade, ocasião em que todos os direitos garantidos em lei são suprimidos em desfavor do público infanto-juvenil.

No entanto, o enfoque pretendido neste trabalho não diz respeito aos crimes praticados por menor nem a punição pertinente, mas sim abordar o importante papel da família no desenvolvimento do ser humano, destacando a Lei de Adoção como instrumento capaz de amenizar o impacto da inexistência dessa referência familiar, enaltecendo o apoio do Estado na manutenção das famílias, inclusive nos casos de colocação em famílias substitutas.

Impreterivelmente serão tratadas no artigo em questão todas as benesses oriundas de uma adequada base familiar, assim como as necessidades do ser humano ter uma família que propicie o desenvolvimento completo e introdução tranquila e harmônica no seio social, considerando afeto, saúde, educação, bem-estar, alimentação, lazer, etc., como dever da família e do Estado.

A importância da família é tamanha que é assegurada na Constituição Federal Brasileira, pois só ela é capaz de interligar e estruturar pessoas, não só física, mas emocionalmente, seja por vínculo sanguíneo, de afinidade ou pela adoção, assim como nos casos de famílias homoafetivas devidamente legalizadas no país.

Neste sentido, é que pretende o estudo em tela reafirmar, em um primeiro momento, a importância da família para o ser humano e para a sociedade e, em seguida, indicar o Estado como provedor da assistência indispensável aos menores de idade quando a família lhe faltar, proporcionando o

quanto for necessário para seu desenvolvimento pleno, incluindo aqui a manutenção da família ou recolocação em família substituta, tudo em conformidade com a lei.

[...] imprescinde ao Estado, enquanto corresponsável pelo bem-estar do público infanto-juvenil, promover a assistência indispensável ao desenvolvimento dessas pessoas. Para tanto, dispõe o ordenamento jurídico de duas alternativas: acolhimento institucional ou colocação em família substituta, por meio da guarda, da tutela ou da adoção. Esta última é considerada medida de caráter excepcional, em vista da prioridade de se manter a criança ou o adolescente na família natural ou extensa, e irrevogável, proporcionando à criança e ao adolescente o direito à convivência familiar (BIZINOTTO; GARCEZ, 2015, p. 1).

Por isso é relevante o estudo do artigo em questão, que pretende analisar a importância do convívio familiar para a criança e adolescente, delineando seus direitos previstos e garantidos na legislação brasileira, além de abordar a evolução da história desses direitos no Brasil e no Mundo, bem como os princípios norteadores do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n. 8.069/90 (BRASIL, 1990).

Inicialmente, o objetivo do artigo em tela é estudar a importância e indispensabilidade da convivência familiar para a plenitude do desenvolvimento da criança e do adolescente. Ao passo que, de forma secundária, estudará a efetividade da Lei de Adoção n. 12.010/09 (BRASIL, 2009), enquanto norma garantidora do direito à convivência familiar, em conjunto com o ECA e a Constituição Federal, tudo em conformidade com a doutrina do direito familiar, de modo que o Estado seja o provedor e corresponsável pela manutenção da família, visando diminuir o impacto dessa carência na sociedade.

Material e Métodos

A pesquisa bibliográfica se deu nas áreas do Direito Constitucional e Direito Civil, concentrado no Direito de Família, de modo a satisfazer a análise de dados dedutiva – a partir da interpretação legislativa, conceitos doutrinários, teorias e jurisprudências atuais – além da indutiva, perfazendo o estudo da realidade fática, passando pela análise multidisciplinar que envolve estudos das ciências humanas.

O estudo acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como da Lei de Adoção, foram

indispensáveis para a perfeita compreensão da produção científica em questão.

A análise jurisprudencial, especialmente vinculada ao entendimento do Supremo Tribunal Federal, também foi utilizada como ferramenta para que as finalidades do estudo sejam alcançadas.

Resultados e Discussão

Depois de longa batalha, as crianças e os adolescentes foram reconhecidos como sujeitos de direito e, assim como qualquer pessoa, passaram a ter garantias previstas na Constituição Federal, inclusive em Lei própria, por meio da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Este Estatuto foi elaborado com base nos princípios do melhor interesse da criança e da dignidade da pessoa humana, considerados como fundamental qualquer que fosse o assunto a ser discutido neste sentido. O princípio do melhor interesse da criança e do adolescente anda lado a lado com o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, pois visa priorizar o desenvolvimento dos menores de idade e, principalmente, garantir seus direitos.

Partindo da premissa de que a família é alicerce do desenvolvimento dos filhos, é evidente que crianças e adolescentes devem ter garantido constitucionalmente o direito de serem criados e educados em suas famílias, vez que o afeto familiar é imprescindível para o desenvolvimento psicológico e social de todo ser humano. O afeto consiste na sensação e sentimento de proteção e amparo, desse modo, é impossível se preparar para viver em comunidade sem ter a experiência da convivência em família.

Os vínculos parentais de afeto, proteção e carinho estabelecidos no ambiente familiar são reconhecidos na maioria das sociedades contemporâneas pela sua importância para o cuidado de crianças e adolescentes e seu desenvolvimento sadio. Tal reconhecimento é comprovado por meio de documentos nacionais e internacionais, quais sejam: Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança da ONU, Constituição Federal Brasileira e Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, que definem o direito à convivência familiar e comunitária e o dispõem como direito fundamental, assim como o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito e à liberdade.

A convivência familiar é, portanto, direito fundamental da criança e do adolescente, garantido pela Constituição Federal, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como pelo Código Civil, em decorrência do exercício do poder familiar, ou seja, a criança e o adolescente têm direito a uma vida digna e saudável, compreendendo neste sentido o direito ao afeto, educação, lazer, alimentação equilibrada, cuidados higiênicos, saúde, esporte, etc., visando sempre promover o perfeito desenvolvimento.

Sob a perspectiva psicológica, as primeiras relações afetivas desenvolvidas no seio familiar da criança servem de base para toda a vida, bem como para suas relações futuras. Suscetivelmente, fundamenta a importância de um lar afetoso, harmonioso e de respeito.

A Lei de Adoção n. 12.010/09 foi criada com o objetivo precípuo de dar efetividade à convivência familiar, tendo em vista a evidente fragilidade em que a sociedade vive hoje no que tange à ausência da manutenção da família como base primordial da sociedade, visando ainda amenizar e/ou exterminar um processo de degradação deste instituto.

Inegável o prejuízo sofrido pelo menor de idade que carece de referência familiar, ou seja, sem suas estruturas basais. Contudo, a inexistência desses pilares estruturais na formação do ser humano não significa a ausência da família em si, o abandono, mas sim situações que colocam o menor de idade em risco, mesmo estando dentro de sua própria família. Logo, o anseio pela convivência familiar deriva de fatores de risco externos e internos, ambos prejudiciais para o desenvolvimento da criança e do adolescente.

As crianças e adolescentes que não encontram nenhuma possibilidade de atendimento de suas necessidades ou passam por abandono físico ou intelectual sofrem de carência e experimentam um prejuízo considerável na formação de sua personalidade.

Muito embora a previsão legal dê preferência à família originária, há casos em que é necessária a inserção do menor em risco em família substituta, ainda que seja temporariamente, por força de guarda ou tutela, como única maneira de garantir seus direitos e sua dignidade, ou seja, não obstante a garantia seja de convivência no seio familiar, admite-se, de forma excepcional, o rompimento dos vínculos familiares, nos casos em que crianças e adolescentes são colocadas em risco,

situação em que o Estado ficará responsável pela proteção desses menores, buscando novos vínculos familiares e comunitários, seja através de programas institucionais ou projetos de acolhimento familiar, tomando as medidas pertinentes para cada caso.

Quando se fala em colocação em família substituta a fim de garantir o melhor interesse da criança e a dignidade da pessoa humana, entra em cena a Lei de Adoção n. 12.010 de 2009, também conhecida como Lei da Convivência Familiar, que trouxe considerável modificação na legislação pertinente, alterando dispositivos do Código Civil e do Estatuto da Criança e do Adolescente, a fim de reajustar a questão relativa à adoção.

Pretende, sobretudo, reforçar o convívio familiar como direito infanto-juvenil, com base no princípio do superior interesse da criança e do adolescente, somado ao da prioridade absoluta, que são indispensáveis e de valor inestimável para o crescimento e desenvolvimento saudável de qualquer criança e adolescente, garantindo seu futuro e estabilidade física e psíquica.

Nos casos em que é necessária a colocação em família substituta, em reconhecimento à condição do menor como pessoa em desenvolvimento, naturalmente imatura, é indicado um protetor, pessoa que deverá zelar por todos os assuntos de seu interesse, até que ele possa, por si só, administrar sua pessoa e seus bens, enfim, praticar atos jurídicos.

De acordo com os princípios do melhor interesse e da prioridade absoluta da criança, sempre que possível, esta deverá ser ouvida por equipe de profissionais e pelo Juiz, e sua opinião considerada, nos termos do art. 28, §1º, ECA. No caso do adolescente, sua oitiva em audiência é obrigatória (se discordar, deve ser nomeado curador especial), de acordo com os arts. 28, §§ 1º e 2º, 45, §2º e 100, XII, todos do ECA. Vale destacar que o melhor interesse da criança e do adolescente deverá sempre prevalecer, inclusive, nos casos de adoção, pois o adotante assume a posição como se pai biológico fosse e, por ser ato unilateral, a criança e o adolescente deverão ser ouvidos.

No tocante ao conceito de adoção, importante falar que constitui ato bilateral, em que uma pessoa aceita outra em sua família como filho, criando-se entre elas laços jurídicos da paternidade e da filiação. Não obstante o adotado não seja filho originário, será ele, considerado filho, de

maneira ficta, inclusive para fins de impedimento matrimonial e herança.

De acordo com o art. 39. § 1º, do ECA, a adoção é medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa, na forma do parágrafo único do art. 25 desta Lei.

O objetivo principal da Lei de Adoção é

[...] presar primordialmente os vínculos da família natural, com assistência do Poder Público. Caso constatada a deficiência incontornável nas relações familiares naturais, busca-se colocar a criança ou o adolescente sob a proteção da família extensa por meio da guarda ou da tutela para que haja a sua manutenção entre pessoas conhecidas com as quais exista uma relação de afinidade e afeto. Em se mostrando inviável tal possibilidade, desloca-se a criança ou o adolescente para o atendimento em programas de acolhimento familiar ou institucional, o que for mais apropriado para seu bem-estar (BIZINOTTO; GARCEZ, 2015, p. 3).

Além disso, trouxe diversas modificações relevantes, visando sempre à efetivação do direito à convivência familiar, dentre elas, a concepção trinária dos grupos familiares, formada por três grupos familiares, também chamados de núcleos sociais, quais sejam: família natural, extensa e substituta. A família natural é aquela formada pelos pais biológicos ou por um deles e seus descendentes e consiste nos primeiros traços de formação do ser humano. Para composição desta família, são reconhecidos o casamento e a união estável e, quanto ao seu desfazimento, o divórcio e a separação judicial. Esse núcleo familiar reconhece ainda a monoparentalidade, que consiste na formação da família por apenas um genitor. A extensa, também denominada como família ampliada é formada pelos parentes próximos, quais sejam, avós, irmãos, tios, etc. Nesta formação, deve ser observado se há convívio e vínculos afetivos ou de afinidade entre o menor e seu familiar, vez que seu objetivo é garantir o convívio familiar. A substituta, por sua vez, visa suprir o desamparo e o abandono dos pais biológicos, por meio da guarda, tutela e adoção, que será feita de maneira gradativa, com preparação e acompanhamento psicológico, evitando a rejeição já vivenciada anteriormente quando da convivência com os pais biológicos (BIZINOTTO; GARCEZ, 2015).

Nota-se que o principal objetivo da lei é manter, sobretudo, a criança e o adolescente no

seio familiar originário, contudo, na inviabilidade da manutenção, serão recolocados em famílias substitutas e, neste caso, será necessário verificar a inexistência do poder familiar dos genitores. Por isso, somente em caso de violação ou ameaça de violação dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, reconhecida por decisão judicial, nos termos do art. 1º, § 1º, da Lei, é que se admite a colocação da criança e do adolescente em família substituta. Logo, inviável a recolocação da criança ou sua manutenção em sua família natural, com seus parentes biológicos, o menor será colocado em programas de acolhimento familiar ou institucional, o que for mais apropriado para seu bem-estar.

Nesse sentido, é valioso observar que a Lei busca colocar o Estado como provedor da manutenção da família:

O primeiro dispositivo confessa que a intervenção do Estado é prioritariamente voltada à orientação, apoio, promoção social da família natural, junto à qual a criança e o adolescente devem permanecer. Somente em caso de absoluta impossibilidade, reconhecida por decisão judicial fundamentada, serão colocadas em família substituta, adoção, tutela ou guarda (DIAS, 2015, p. 1).

Todavia, diante da impossibilidade de manutenção da criança na família natural, mesmo após a inclusão da família em programas assistenciais, o melhor interesse do menor deve ser preservado, mesmo que para isso seja colocado em família substituta.

Ninguém questiona que o ideal é crianças e adolescentes crescerem junto a quem lhes trouxe ao mundo. Mas há uma realidade que precisa ser arrostada sem medo. Quando a convivência com a família natural se revela impossível ou é desaconselhável, melhor atende ao interesse de quem os pais não desejam ou não podem ter consigo, ser entregue aos cuidados de quem sonha reconhecê-lo como filho (DIAS, 2015, p. 1).

Maria Berenice Dias afirma que a Lei de Adoção não cumpre seus propósitos, ao passo que preferencialmente visa à manutenção da família natural e, só após esgotar todas as tentativas, coloca o menor em família substituta, atitude que vai na contramão do que inicialmente se propõe que é garantir de modo efetivo a convivência familiar à criança e ao adolescente.

O fato é que a adoção transformou-se em medida excepcional, a qual deve se recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança e do adolescente na família natural ou extensa (ECA 39, § 1º). Assim, a chamada Lei da Adoção

não consegue alcançar os seus propósitos. Em vez de agilizar a adoção, acaba por impor mais entraves para sua concessão, tanto que onze vezes faz referência à prioridade da família natural. Portanto, para milhares de crianças e adolescentes que não têm um lar, continuará sendo apenas um sonho o direito assegurado constitucionalmente à convivência familiar (DIAS, 2015, p. 5).

Deverá ser feita reavaliação a cada seis meses da situação do menor que está em acolhimento institucional, por equipe multidisciplinar, mediante relatório que será enviado ao juiz competente, que decidirá, se o caso, pela reintegração do menor à família natural ou outra medida. Ademais, o art. 19 do ECA prevê a impossibilidade da permanência do menor em acolhimento institucional por prazo superior a dois anos, salvo se tal medida atender a seu superior interesse, declarado por decisão judicial.

A Lei n. 12.010/2009 introduziu o sistema de freios e contrapesos, a fim de acabar com casos de colocação em família substituta pelo Conselho Tutelar, por meio de termo de tutela provisória, assegurando, sobretudo, o direito fundamental da convivência familiar e, posteriormente, a possibilidade de adoção. A Lei prevê ainda que o Estado, como órgão competente para orientar e prestar assistência social a fim de proporcionar o desenvolvimento da criança e do adolescente junto à sua família natural ou extensa, deverá, inclusive, realizar cadastro nacional de adoção para poder checar em quais Estados há crianças e adolescentes aptos a serem adotados, a fim de que, por meio do cadastro, se tenha maiores informações, possibilitando mais casos de adoção.

A habilitação dos postulantes à adoção será feita, inicialmente, através do cadastro de adoção e, posteriormente, será feita preparação psicossocial e jurídica, por equipe técnica da Justiça da Infância e da Juventude. Tal preparação consiste na avaliação das condições oferecidas pelos postulantes quanto ao ambiente familiar em que será inserida a criança ou adolescente, bem como os aspectos psicológicos dos postulantes (DIAS, 2015).

Quanto ao lugar de convivência, é imprescindível que ele seja adequado ao desenvolvimento físico e mental, salubre, com o mínimo de conforto, harmonioso para o crescimento infanto-juvenil de forma saudável.

São efeitos da adoção: atribuição da condição de filho ao adotando, extinção de todos os vínculos anteriores (salvo para fins de casamento), direito à

herança, introduzido pela CF/88 (BRASIL, 1988), que equiparou os irmãos, direito aos alimentos, obrigatoriedade de alteração do patronímico, possibilidade de alteração do prenome, desde que seja causa de confusão ou contragosto do filho, nos termos do art. 47, §5º, ECA, e lavratura de nova certidão de nascimento, para constar a nova filiação.

O início da adoção dar-se-á com o trânsito em julgado da sentença, exceto se houver o falecimento do adotante no curso do processo, quando a adoção retroagirá à data do óbito, inclusive, para não ser a criança ou o adolescente preterido do direito à herança.

Adoção unilateral acontece quando um dos cônjuges ou companheiros adota o filho do outro. Neste caso, mantêm-se os vínculos de filiação e parentesco com o último e seus familiares. A Cartilha da OAB SP é clara ao explicar a adoção unilateral, por isso, vale transcrever abaixo:

É a adoção de um filho pré-existente de um cônjuge por outro cônjuge ou companheiro. No caso de o filho pré-existente estar registrado também no nome de outro genitor, é necessário que, o poder familiar deste, seja cassado em procedimento próprio, que é a ação de destituição do poder familiar (D'URSO, 2010-2012, p. 17).

O processo de adoção, nos termos do art. 42, do ECA, será possível para os maiores de 18 anos, independentemente do estado civil, ou seja, pessoa solteira pode adotar. O art. 227, §6º, da CF (BRASIL, 1988), o art. 20, do ECA (BRASIL, 1990) e art. 1.596, do CC (BRASIL, 2002) dispõem que filhos naturais e adotivos possuem os mesmos direitos e qualificações, sendo vedada qualquer discriminação. Vale acrescentar que a adoção deve ser precedida do consentimento dos pais ou representantes legais do menor, que é revogável até a publicação da sentença constitutiva da adoção.

A Lei alterou ainda o art. 13, Parágrafo Único, do ECA e passou a dispor que a gestante ou a mãe que manifestar seu desejo de entregar os filhos para adoção deverá ser encaminhada por qualquer agente público à Vara da Infância e Juventude. O art. 166 do ECA prevê a forma do consentimento, que será por termo declarado na presença do juiz e do promotor de justiça. Contudo, será possível a adoção sem consentimento dos pais, nas seguintes hipóteses: Genitores desconhecidos ou desaparecidos; Genitores destituídos do poder familiar (não basta a suspensão do poder

familiar); Infante exposto; Órfão não reclamado por nenhum parente pelo prazo de 1 (um) ano; Genitor incapaz, vez que representante legal não pode expressar consentimento. Neste caso, indispensável procedimento contraditório, para destituição do poder familiar, inclusive, deve ser nomeado curador especial.

Não obstante exista possibilidade de o pedido de adoção ser formulado diretamente em cartório pelos interessados, sem necessidade de procurador, nos casos em que não há contraditório, conforme art. 166, caput, do ECA, será imprescindível a intervenção do advogado e do Ministério Público.

O art. 42, § 2º, do ECA, prevê que, para adoção conjunta, é indispensável que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável, comprovada a estabilidade da família. Com exceção das pessoas divorciadas ou separadas judicialmente, que poderão adotar em conjunto se o estágio de convivência tiver sido iniciado quando casados; se acordarem quanto ao regime de visitas e guarda compartilhada; se houver vínculo de afinidade ou afetividade.

Importante ressaltar que há idade mínima para adotar. O adotando deve ter menos de 18 anos de idade, salvo se já estiver sob a guarda ou tutela dos adotantes. Os adotantes devem ter no mínimo 18 anos, bem como devem ser ao menos 16 anos mais velhos que o adotando (um deles, pelo menos).

O art. 19 c/c art. 28, ambos do ECA, dispõem que a criança e o adolescente têm o direito de serem criados na família natural, ou seja, serem criados em seio familiar dos genitores biológicos. Logo, a adoção só ocorrerá quando este dispositivo não puder ser atendido, ou seja, nos casos em que os parentes biológicos não tenham condições psicológicas de criá-los.

Conclusão

O artigo em tela avaliou primeiramente o direito fundamental à convivência familiar da criança e do adolescente, como pilar basilar para o desenvolvimento do ser humano, destacando a importância do instituto familiar na construção do caráter de qualquer pessoa. Logo, sendo o ser humano sujeito de direitos, a família é indispensável para o desenvolvimento pleno de sua personalidade, capacitando-o para obter uma vida digna e feliz.

A convivência familiar como direito fundamental deve ser proporcionada a todas as pessoas, inclusive que essa convivência ocorra em uma família

capaz de proporcionar afeto, carinho e cuidados necessários para se viver com dignidade.

Constatou-se ainda que tanto o Poder Judiciário quanto a doutrina majoritária dão preferência à família natural e/ou à sua manutenção, todavia, a Lei de Adoção trouxe uma perspectiva positiva para os casos em que o menor está inserido numa família em que é impossível a manutenção e tratamento pelo Estado, que será chamado a atuar para recolocar a criança ou o adolescente em família extensa ou substituta, cessando qualquer prejuízo. Neste sentido, foi possível verificar que o prejuízo/abandono pode ser material, jurídico, psicológico, emocional e afetivo, quando então o Estado intervirá, seja em qualquer das hipóteses, a fim de resguardar a integridade física e o bem-estar do menor.

Verificou-se que a Lei de Adoção atuará lado a lado com o Estado e com o ordenamento jurídico, revestido pelo Poder Judiciário, visando colocar a criança ou o adolescente, vítimas de abandono, em acolhimento institucional ou em família substituta, por meio da guarda, tutela ou adoção, medida que será sempre amparada por programas e tratamentos governamentais adequados e direcionados a cessar o risco.

Portanto, por meio do artigo em comento, foi possível entender que a adoção consiste em um mecanismo de extrema importância e de fato eficiente no ordenamento jurídico brasileiro, principalmente quando aplicado como meio garantidor do direito fundamental à convivência familiar, pois visa recompor a criança e o adolescente no seio familiar, mesmo que de maneira substituta, contudo ainda sofre ao se deparar com um ordenamento jurídico

conservador, enraizado na manutenção da família natural.

Referências

BIZINOTTO, K.; GARCEZ, S.M. *Convivência familiar na Lei n. 12.010/2009: o poder de tutela do Estado na construção da autonomia privada*. 2015. Disponível em: <http://www.sbpnet.org.br/livro/63ra/conpeex/pivic/trabalhos/KELLY_BI.PDF>. Acesso em: 01 abr. 2015.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 01 jun. 2014.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 01 jun. 2014.

BRASIL. Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Código Civil. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 2002. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 01 jun. 2014.

DIAS, M.B. *O lar que não chegou*. 2015. Disponível em: <<http://www.mariaberenice.com.br/pt/o-lar-que-nao-chegou.cont>>. Acesso em: 30 abr. 2015.

D'URSO, L.F.B. *Cartilha Comissão Especial de Direito à Adoção: adoção: um ato de amor*. São Paulo: OAB, 2010-2012.